



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO GOVERNADOR**

Mensagem nº 223 /2015

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Deputado Theodorico de Assis Ferraço**

Senhor Presidente,

Encaminho à apreciação dessa Assembleia Legislativa, em cumprimento ao Art. 150, §1º da Constituição Estadual, o Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019.

O Plano Plurianual compreende os programas, com seus respectivos objetivos, ações, metas e regionalização, a serem executados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e da Defensoria Pública no quadriênio 2016-2019.

O processo de elaboração do PPA buscou não somente atender à exigência constitucional de submeter ao Poder Legislativo os programas e ações de Governo que irão orientar os orçamentos do Estado no período 2016-2019, mas também praticar na administração estadual princípios e processos indispensáveis à gestão pública orientada para resultados, a saber:

a) a adoção do processo de planejamento estratégico integrado e participativo, por meio do planejamento estratégico do governo, envolvendo o Secretariado, subsecretários e dirigentes de entidades da administração indireta, cujas conclusões, para o período 2015-2018, estão sintetizadas no documento “Governo do Estado do Espírito Santo – Orientações Estratégicas 2015-2018”;

b) a capacitação de técnicos de todos os Poderes, treinando-os para a elaboração dos programas e ações do Plano Plurianual, uniformizando a prática dos procedimentos definidos no Manual de Elaboração do PPA 2016-2019;

c) a incorporação da participação da sociedade e da dimensão regional das prioridades no processo de planejamento, por meio da realização de sete audiências públicas envolvendo as dez microrregiões do Estado e com a

disponibilização de ambiente virtual de participação na internet, acessível por microcomputadores e dispositivos móveis (tablets e smartphones);

- d) a indicação de disponibilidade de recursos para execução de programas em bases realistas, conforme discriminado no “Cenário Fiscal” que acompanha esta Mensagem; e
- e) a adoção de programação enxuta, baseada na técnica do orçamento-programa e centrada nos principais problemas e demandas identificados junto à sociedade capixaba, conferindo foco e transparência na ação de governo.

A proposta de Plano que ora submeto à apreciação dessa egrégia casa de leis, foi elaborada buscando assento em bases sólidas de finanças públicas e de capacidade de gestão. Neste mandato, o principal foco da ação governamental tem sido a retomada do equilíbrio econômico-financeiro e o resgate da capacidade de investimento do Espírito Santo com recursos próprios, destacando-se:

- a) a adoção de criteriosa e realista programação orçamentária e financeira para a execução de despesas em todos os órgãos da administração pública;
- b) o cumprimento das metas do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, acordadas com a União e dos limites de endividamento instituídos pela LRF, condições indispensáveis para a credibilidade do Estado e sua habilitação para a contratação de operações junto a instituições nacionais e organismos multilaterais de crédito; e
- c) o compromisso com a adimplência dos salários dos servidores públicos, respeitando o calendário anual de pagamento em um momento em que outros estados vêm atrasando ou parcelando essa despesa em função da grave crise econômica que assola o País.

O resgate do equilíbrio econômico-financeiro, a recuperação da capacidade de investimento e a prestação de serviços públicos adequados representam as condições básicas para a viabilização das metas, programas e ações previstas neste Plano.

Essas condições estão garantidas em função da fixação de parâmetros realistas para a estimativa da evolução da arrecadação tributária e do fiel cumprimento dos

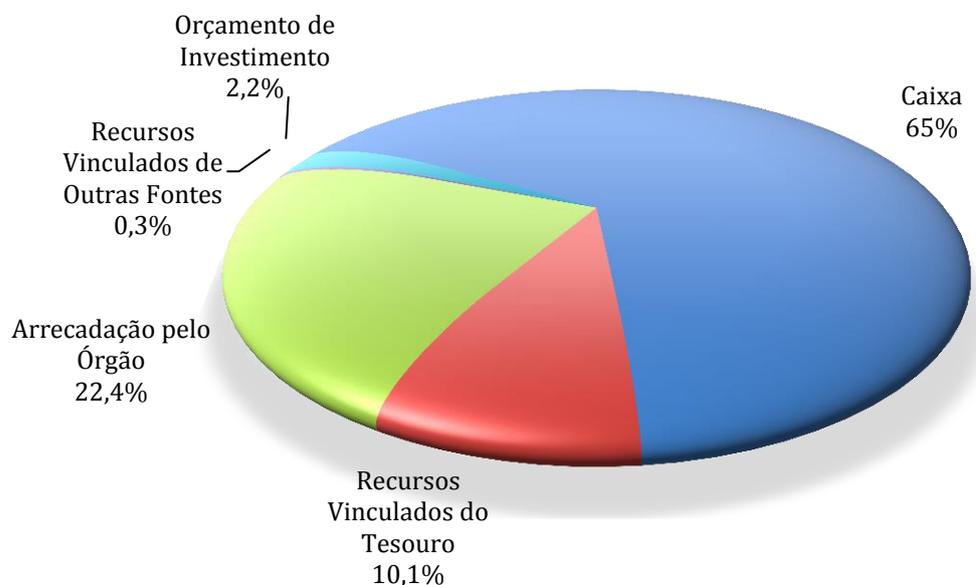
dispositivos legais que regem a administração fiscal em bases responsáveis, em especial a Lei Complementar nº 101/2000.

O financiamento do Plano Plurianual contempla recursos originários de diversas fontes. Nas ações financiadas com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade, a Receita do Tesouro com fonte do Caixa está projetada no valor de R\$ 48.897.768.906,00 (quarenta e oito bilhões, oitocentos e noventa e sete milhões, setecentos e sessenta e oito mil, novecentos e seis reais), que se somam aos Recursos Vinculados do Tesouro, previstos em R\$ 7.553.809.000,00 (sete bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e nove mil reais). Ainda em ações financiadas com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade, os recursos oriundos de Arrecadação pelo Órgão alcançam R\$ 16.799.779.135,00 (dezesseis bilhões, setecentos e noventa e nove milhões, setecentos e setenta e nove mil, cento e trinta e cinco reais), complementados pelos Recursos Vinculados de Outras Fontes, projetados em R\$ 212.493.000,00 (duzentos e doze milhões, quatrocentos e noventa e três mil reais). O total das receitas relativas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade está previsto em R\$ 73.463.850.041,00 (setenta e três bilhões, quatrocentos e sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil, quarenta e um reais). As receitas associadas ao Orçamento de Investimento, no valor de R\$ 1.694.280.053,00 (um bilhão, seiscentos e noventa e quatro milhões, duzentos e oitenta mil e cinquenta e três reais), completam a origem dos recursos, possibilitando ao Plano Plurianual aplicar, no período 2016-2019, recursos projetados em R\$ 75.158.130.094,00 (setenta e cinco bilhões, cento e cinquenta e oito milhões, cento e trinta mil, noventa e quatro reais).

Nos Orçamento Fiscal e da Seguridade, os Recursos de Caixa compreendem as fontes de livre movimentação para o pagamento de despesas de pessoal, custeio e investimento, já deduzidos os valores comprometidos com o pagamento de encargos da dívida pública. Os Recursos Vinculados e de Arrecadação pelo Órgão, correspondem a diversas fontes associadas a finalidades específicas, a exemplo das receitas próprias diretamente arrecadadas pelos Órgãos, Receitas de Contribuições Previdenciárias, Recursos de Convênios com a União ou Municípios, Contratação de Operações de Crédito, e Transferências SUS – União.

Os Recursos do Orçamento de Investimento são aqueles que financiam ações do Plano Plurianual, realizadas pelas empresas em que o Estado detenha a maioria do capital com direito a voto.

Gráfico 1 – Participação Percentual dos Recursos por Origem 2016-2019



Fonte: Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019

A expansão dos investimentos definidos na programação do PPA 2016-2019 está planejada para ocorrer de forma gradual ao longo de seus quatro exercícios de vigência, com vistas à preservação e ampliação das conquistas obtidas em saúde, educação, segurança pública, atenção à juventude, inclusão social, modernização da gestão pública e meio ambiente.

Essas conquistas são do povo capixaba, protegê-las e ampliá-las é responsabilidade do Estado, que deve organizar sua capacidade de produzir resultados para a sociedade e mobilizar os atores sociais em torno de uma agenda comum em busca do desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Tabela 1 – Distribuição dos Recursos por Poder e Área 2016-2019

PODER/ÓRGÃO	RECURSOS DO TESOURO				RECURSOS DE OUTRAS FONTES				FISCAL / SEGURIDA DE TOTAL	%	INVESTIME NTO DE ESTATAIS	TOTAL GERAL	%
	CAIXA	VINCULAD OS DO TESOURO	TOTAL	%	ARRECADAÇ ãO PELO ÓRGÃO	VINCULAD OS DE OUTRAS FONTES	TOTAL	%					
PODERES (EXCETO EXECUTIVO)	7.937.382.133	208.000	7.937.590.133	14,06%	832.831.135	-	832.831.135	4,90%	8.770.421.268	11,94%	-	8.770.421.268	11,67%
PODER LEGISLATIVO	1.600.640.013	-	1.600.640.013	2,84%	-	-	-	0,00%	1.600.640.013	2,18%	-	1.600.640.013	2,13%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	901.286.977	-	901.286.977	1,60%	-	-	-	0,00%	901.286.977	1,23%	-	901.286.977	1,20%
TRIBUNAL DE CONTAS	699.353.036	-	699.353.036	1,24%	-	-	-	0,00%	699.353.036	0,95%	-	699.353.036	0,93%
PODER JUDICIÁRIO	4.453.428.278	-	4.453.428.278	7,89%	683.535.303	-	683.535.303	4,02%	5.136.963.581	6,99%	-	5.136.963.581	6,83%
MINISTÉRIO PÚBLICO	1.660.124.298	-	1.660.124.298	2,94%	75.529.405	-	75.529.405	0,44%	1.735.653.703	2,36%	-	1.735.653.703	2,31%
DEFENSORIA PÚBLICA	223.189.544	208.000	223.397.544	0,40%	73.766.427	-	73.766.427	0,43%	297.163.971	0,40%	-	297.163.971	0,40%
PODER EXECUTIVO (EXCETO IPAJM E ENCARGOS)	30.922.853.080	7.553.601.000	38.476.454.080	68,16%	1.605.154.000	212.493.000	1.817.647.000	10,68%	40.294.101.080	54,85%	1.694.280.053	41.988.381.133	55,87%
SESA	7.156.765.080	2.988.423.000	10.145.188.080	17,97%	21.264.000	-	21.264.000	0,12%	10.166.452.080	13,84%	-	10.166.452.080	13,53%
SEDU	8.838.350.000	415.148.000	9.253.498.000	16,39%	84.000	-	84.000	0,00%	9.253.582.000	12,60%	-	9.253.582.000	12,31%
SESP	6.825.551.000	134.200.000	6.959.751.000	12,33%	860.444.000	30.866.000	891.310.000	5,24%	7.851.061.000	10,69%	-	7.851.061.000	10,45%
SETOP	1.643.981.600	1.850.217.000	3.494.198.600	6,19%	172.849.000	-	172.849.000	1,02%	3.667.047.600	4,99%	20.831.000	3.687.878.600	4,91%
SEDURB	222.696.000	958.764.000	1.181.460.000	2,09%	17.745.000	-	17.745.000	0,10%	1.199.205.000	1,63%	1.246.949.053	2.446.154.053	3,25%
OUTRAS	6.235.509.400	1.206.849.000	7.442.358.400	13,18%	532.768.000	181.627.000	714.395.000	4,20%	8.156.753.400	11,10%	426.500.000	8.583.253.400	11,42%
IPAJM	-	-	-	0,00%	14.361.794.000	-	14.361.794.000	84,42%	14.361.794.000	19,55%	-	14.361.794.000	19,11%
ENCARGOS	8.772.525.693	-	8.772.525.693	15,54%	-	-	-	0,00%	8.772.525.693	11,94%	-	8.772.525.693	11,67%
RESERVA	1.265.008.000	-	1.265.008.000	2,24%	-	-	-	0,00%	1.265.008.000	1,72%	-	1.265.008.000	1,68%
TOTAL GERAL	48.897.768.906	7.553.809.000	56.451.577.906	100,00%	16.799.779.135	212.493.000	17.012.272.135	100,00%	73.463.850.041	100,00%	1.694.280.053	75.158.130.094	100,00%

Fonte: Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019

Definido o objetivo maior – **fazer as mudanças necessárias para recolocar o Espírito Santo no caminho do desenvolvimento socioeconômico sustentado e partilhado por todos** – a tarefa que temos pela frente é gigantesca. Os passos iniciais foram dados, agora é avançar, unidos em torno desse grande e convergente objetivo.

Para alcançar este patamar, o Governo do Estado propõe, como diretrizes para o quadriênio 2016-2019, os seis pilares estratégicos a seguir discriminados:

- I – ajustar as contas públicas;
- II – instituir um governo em rede com a sociedade;

III – construir avanços sociais;

IV – promover o desenvolvimento econômico diversificado, sustentável e inclusivo;

V – promover a mudança estrutural e comportamental na relação com os recursos naturais e o meio ambiente; e

VI – combater a corrupção.

Respeitando essas diretrizes, a elaboração da programação no Poder Executivo, indicando o que deve ser realizado e como, foi pensada a partir da articulação dos órgãos e entidades da administração em torno de dez áreas de resultado: Educação; Saúde; Segurança, Justiça e Defesa Social; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Econômico; Infraestrutura Logística; Desenvolvimento Urbano e Regional; Meio Ambiente e Agricultura; Cultura, Turismo e Esporte; e Gestão Pública.

As áreas de resultado concentram a atenção e recursos do Governo para a realização das transformações e melhorias desejadas junto à sociedade capixaba no período 2016-2019 e aproxima a organização do Plano do cotidiano das pessoas, proporcionando-lhe maior transparência e capacidade de comunicação.

Muito esforço e determinação têm sido empreendidos no adequado provimento do ambiente institucional, na preservação da infraestrutura econômica e social e na criação de condições capazes de gerar empregos, renda e trabalho para os capixabas. O fortalecimento do planejamento estratégico comprometido e participativo, a precisa identificação e foco no tratamento dos problemas, atendimento das demandas e aproveitamento das oportunidades, aliado a uma política consistente de inclusão social, garantirão ao Espírito Santo maior competitividade de sua economia e mais justiça social.

Além de submeter o Projeto de Lei anexo à apreciação de V. Exa. e de seus pares, acompanham esta Mensagem o Cenário Macroeconômico, o Cenário Fiscal e as Bases para Elaboração do PPA 2016-2019.

Com estas considerações e a convicção de que o presente projeto terá a boa acolhida e a aprovação dessa digna Casa Legislativa, reitero a todos os seus ilustres membros os meus elevados protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário macroeconômico atual e as perspectivas futuras para a economia mundial, brasileira e capixaba, a partir de dados compilados e estudos elaborados pelo Instituto Jones dos Santos Neves, indicam, em linhas gerais, que o atual cenário brasileiro de crise econômica, com queda na produção e na oferta de empregos formais e inflação crescente deve ser superado a partir de 2017, com uma retomada modesta do crescimento.

Especialmente no comércio internacional, as perspectivas são de crescimento no volume de importações. Contudo, a queda nos preços das principais *commodities* exportadas pelo Espírito Santo, observada em 2015, deverá manter os preços nesse patamar nos anos seguintes.

O cenário atual e futuro é, portanto, de cautela e requer cuidadoso planejamento orçamentário e financeiro, com foco no equilíbrio fiscal, e atento à geração de capacidade de investimento para que o poder público estadual possa exercer seu importante papel no desenvolvimento econômico do Espírito Santo e no bem-estar da sociedade capixaba.

Os resultados do primeiro semestre de 2015 confirmaram as expectativas de retração da economia brasileira. A produção industrial registrou queda de -5,3% em maio, no acumulado em 12 meses, mantendo a trajetória descendente iniciada em março do ano anterior (Gráfico 4). No setor de serviços, a expansão da receita nominal foi de apenas 3,8% em maio, no acumulado em 12 meses, a menor taxa de crescimento registrada desde o início da divulgação dos resultados da pesquisa, em 2012. Comportamento semelhante é observado no comércio varejista ampliado, com expansão de apenas 0,7% na receita nominal, resultado da queda de -10,7% na receita do setor de veículos e peças. Nestes dois setores, a variação da receita nominal é inferior à inflação medida no mesmo período, indicando retração em termos reais. Como consequência, a taxa de desocupação alcançou 7,9%, no primeiro trimestre de 2015, com fechamento de cerca de 345 mil postos de trabalhos formais.

No plano externo, os valores exportados e importados pelo Brasil até o momento foram inferiores aos registrados em 2014. Na comparação anual, entre julho de 2015 e julho de 2014, os valores exportados apresentaram queda -19,54%, enquanto as importações registraram queda superior de -24,76%. No entanto, o saldo comercial acumulado entre janeiro e julho de 2015, de R\$ 2,4 bilhões, foi superior ao registrado no mesmo período de 2014, um dos poucos resultados positivos para o país.

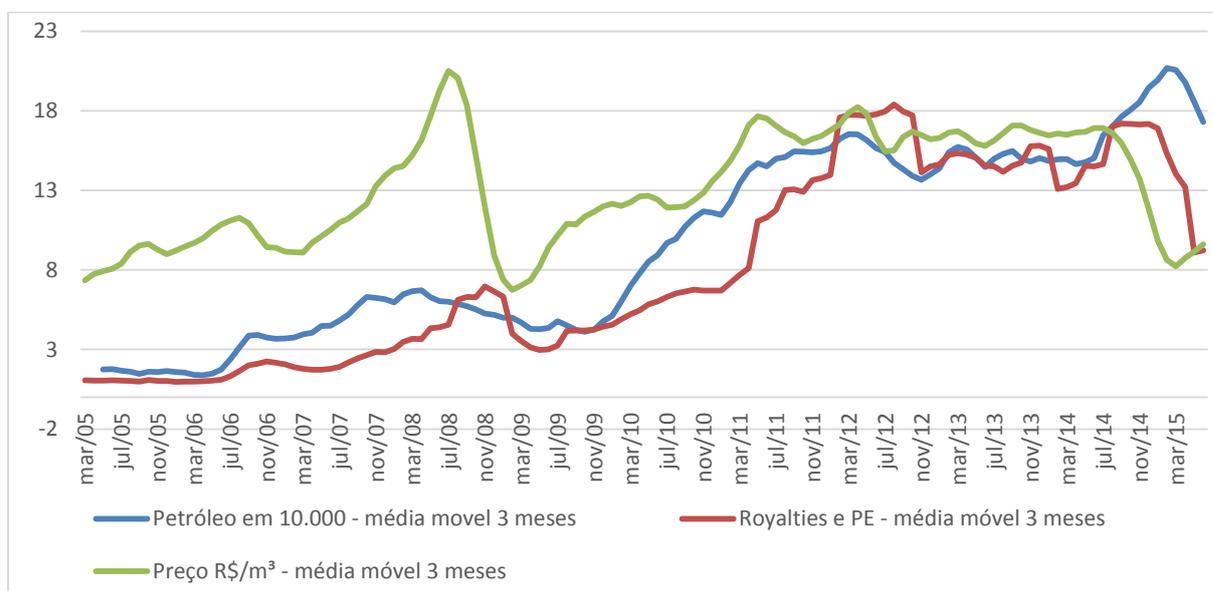
Neste cenário, a economia capixaba segue a tendência nacional. No setor de serviços, a variação da receita nominal foi de 0,9% em maio, no acumulado em 12 meses, também a menor taxa de crescimento registrada desde o início da divulgação dos resultados da pesquisa (Gráfico 4). Esta variação é inferior à inflação acumulada para a Grande Vitória, de 5,12% no mesmo período, indicando uma retração em termos reais. Já o comércio varejista ampliado registrou queda na receita nominal de -2,2%, resultado também atrelado à contração das vendas no setor de veículos e peças. A produção industrial capixaba, por sua vez, contrasta com o desempenho dos demais setores e com o desempenho nacional, acumulando crescimento de 14,3% em maio, considerando os últimos 12 meses. Entretanto, este setor apresenta trajetória crescente devido à conclusão dos investimentos na indústria extrativa, em meados de 2014, que ampliou sua capacidade de produção. A indústria de transformação, por sua vez, após consecutivos resultados negativos nos últimos dois anos, registrou crescimento de 1,6%, em maio, no acumulado em 12 meses. Não obstante, a expansão da produção industrial não foi suficiente para gerar empregos na economia capixaba, que encerrou o primeiro semestre de 2015 com o fechamento de quase 15 mil postos de trabalho e a taxa de desocupação em 6,9%. O saldo negativo de postos de trabalho foi registrado em todos os setores – indústria comércio e serviços. Uma das consequências deste cenário negativo foi a redução em quase R\$ 20 bilhões dos valores previstos na carteira de investimentos anunciados para o Estado no período 2014-2019, que totalizou R\$ 80,8 bilhões.

O comércio externo, importante atividade para a economia capixaba, também não apresentou resultados favoráveis. Tanto as exportações quanto as importações apresentaram quedas significativas em relação a 2014. No acumulado do ano, de janeiro a julho de 2015, a retração das exportações foi de -14,20% e das

importações, -22,93%. Na comparação anual, entre julho de 2015 e julho de 2014, os percentuais foram, respectivamente, -33,15% e -22,03%. O saldo comercial acumulado entre janeiro e julho de 2015, foi de R\$ 315 milhões, inferior ao registrado no mesmo período de 2014. Em relação às principais *commodities* exportadas pelo Espírito Santo, os preços do minério de ferro, óleos de petróleo e café estão em queda no mercado internacional e a projeção do FMI é de que esta queda se mantenha em 2015, o que contribui para o resultado do setor (Gráfico 6).

A queda do preço do petróleo traz outra consequência para o Estado: a redução dos repasses referentes aos royalties e à participação especial. Entre junho de 2014 e junho de 2015, a queda no montante repassado ao Governo do Estado foi -37% em média, consequência da redução de -43% no preço médio do petróleo no mesmo período. A produção, por sua vez, apesar da queda no primeiro semestre, apresentou forte expansão entre junho de 2014 e fevereiro de 2015, acumulando no período crescimento de 15% (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Produção de petróleo, preço e distribuição de royalties e participação especial – Espírito Santo

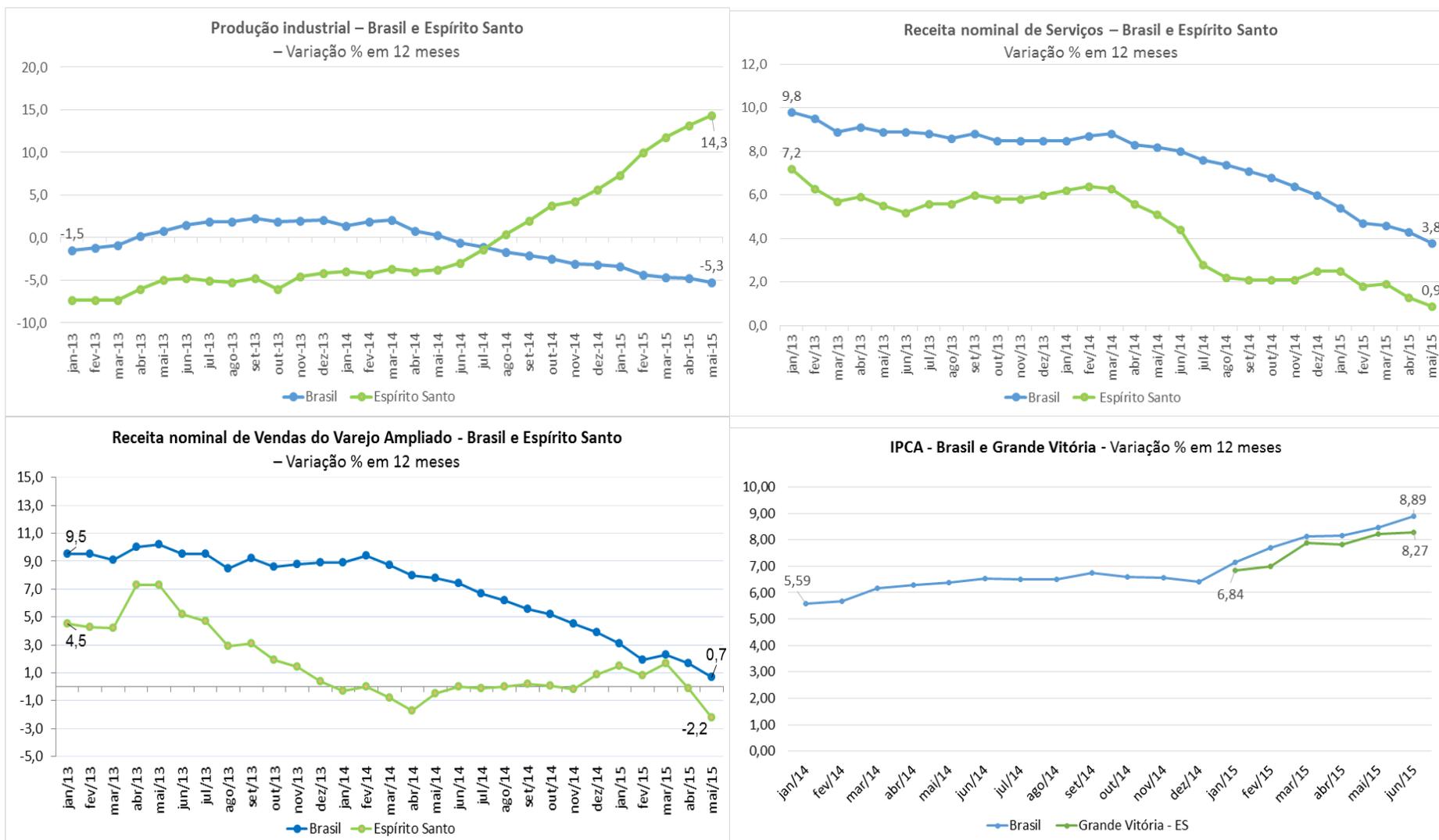


Fonte: ANP e Index Munidi/IJSN

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE

Nota: Os dados de participação especial são divulgados trimestralmente

Gráfico 4 – Cenário Econômico – Brasil e Espírito Santo – jun/2014 a jun/2015

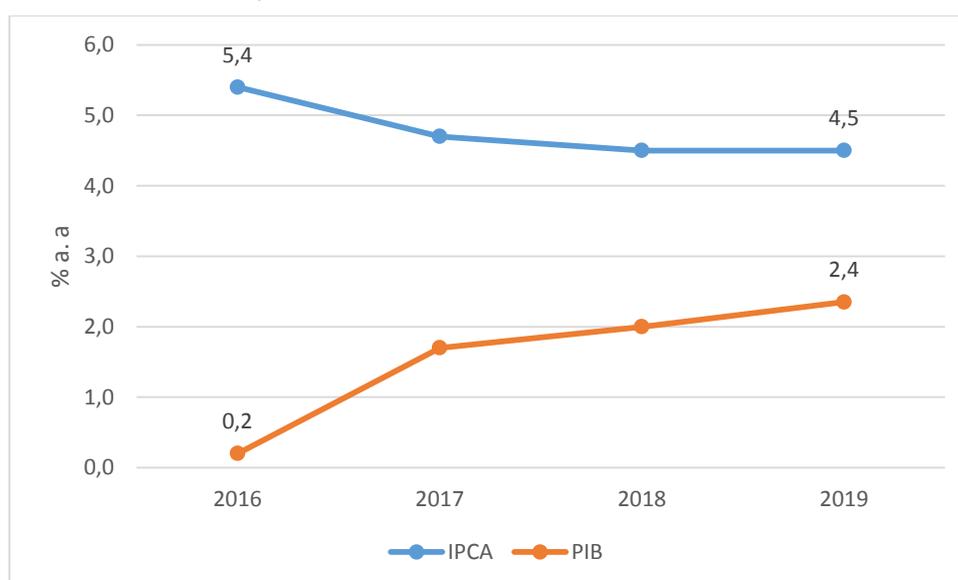


Fonte: PIM_PF, PMS, PMC, SNIPC – IBGE.

Ainda de acordo com as projeções do FMI¹, o crescimento da economia mundial em 2015 deve ficar em 3,3%, um pouco abaixo do resultado de 2014, de 3,4%. Para 2016, a projeção é de um crescimento de 3,8%. Em relação aos principais parceiros comerciais do Espírito Santo, estima-se um crescimento médio, entre 2016 e 2019, de 6,2% ao ano para a China, 2,5% para os Estados Unidos e apenas 1,6% para a União Europeia. Para o volume de bens e serviços importados, a projeção é de um crescimento médio anual de 5,1% para o mesmo período. China, Estados Unidos e União Europeia, respectivamente, devem ampliar suas importações em 6,5%, 5,2% e 4,3% ao ano, em média, o que pode favorecer as exportações capixabas em um cenário de preço das *commodities* em patamares inferiores aos de 2014 (Gráfico 6).

Para a economia brasileira, as projeções do FMI para o período 2016-2019 são de crescimento médio de 1,7% ao ano, com expansão pouco acima de 2% a partir de 2017. Já o mercado brasileiro projeta uma expansão um pouco menor para o período, média 1,1% ano chegando a 2,4% em 2019, com a inflação de volta ao centro da meta a partir de 2018 (Gráfico 5). As expectativas apontam para a superação da crise econômica a partir de 2016 e controle da inflação, porém com crescimento econômico modesto.

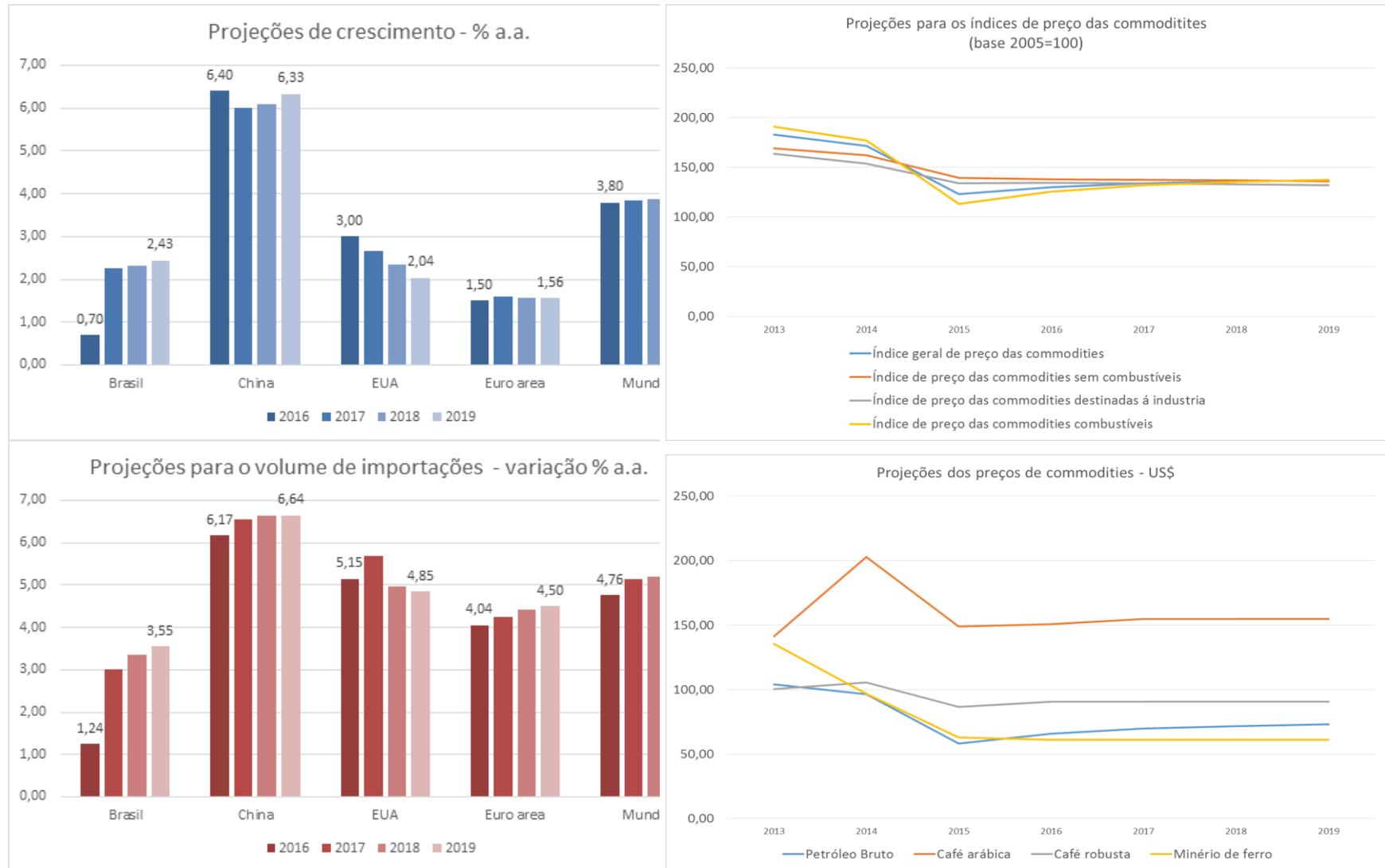
Gráfico 5 – Expectativas de mercado: IPCA e PIB 2016-2019 - %a.a.



Fonte: BCB. Boletim Focus – 24/07/2015.

¹ World Economic Outlook Update (Julho, 2015). Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/update/02/pdf/0715.pdf>. Acesso: 04/08/2015.

Gráfico 6 – Projeções 2016-2019



Fonte: FMI. World Economic Outlook – abril/2015; World Economic Outlook Update – julho 2015.

RECEITAS DE ICMS

O cenário econômico atual reflete-se na arrecadação de ICMS: entre junho de 2014 e junho de 2015, a queda na arrecadação foi de -8,5% (Gráfico 7), e embora o cenário futuro aponte para uma recuperação da economia e, conseqüentemente, da arrecadação, a perspectiva é de um crescimento modesto. No entanto, além do cenário econômico, é preciso atenção a possíveis quedas na arrecadação futura do ICMS, resultantes da aprovação pelo Congresso Nacional de projetos que alterem a legislação tributária. Em particular, destacam-se o PLP 201/2013, aprovado no Senado e encaminhado para a Câmara dos Deputados como PLP 45/2015, e o PLP 448/2014, apensado ao PLP 25/2007, com substitutivo aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

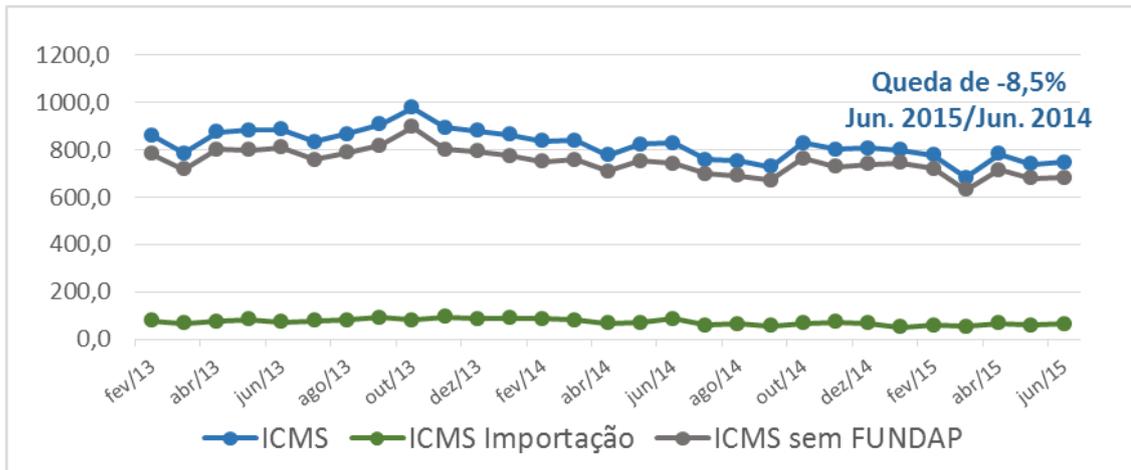
O PLP 201/2013 traz duas modificações para as empresas optantes do Simples: eleva para 3,95% a alíquota máxima do ICMS paga aos produtos e mercadorias sujeitos à substituição tributária adquiridos por micro e pequenas empresas enquadradas neste sistema²; e assegura a restituição automática do valor do imposto pago por força de substituição tributária, nos casos em que o fato gerador não se realizar ou nos casos em que a venda final tenha preço inferior à estimativa feita pela administração tributária estadual³.

Já o substitutivo ao PLP 25/2007 aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados amplia o limite de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional, dentre outras modificações. De acordo com o projeto, serão consideradas microempresas as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 900 milhões, e pequenas empresas as que auferirem receita bruta entre esse valor e R\$ 14,4 bilhões. Isto representa um aumento de 150% no limite de enquadramento, ampliando consideravelmente o número de empresas que podem aderir ao simples e, portanto, pagar uma alíquota menor de ICMS.

² Altera art. 19 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

³ Altera caput do art. 10 da lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996..

Gráfico 7 – Arrecadação ICMS– Espírito Santo – Em R\$ milhões⁴



Fonte: SEFAZ-ES (Balancete Geral do Estado), SECONT-ES (Portal da Transparência).

⁴ Corrigido pelo IPCA Junho de 2015

CENÁRIO FISCAL

Em razão do cenário bastante restritivo para a economia do país nos próximos anos, vislumbra-se, para as finanças públicas do Estado do Espírito Santo, um período de austeridade e oportunidade para recuperação da capacidade de investimento com recursos próprios.

A escassez de recursos, somada à pressão por demanda decorrente da expansão dos gastos correntes durante o ciclo de crescimento econômico que se esgotou, irá pressionar as contas públicas e exigirá do governo muita reflexão a fim de suprir a sociedade com serviços sem comprometer a saúde das finanças públicas.

Bem explorados, os desafios que se apresentam irão refletir positivamente nas finanças públicas em médio prazo, reestabelecendo um padrão de comportamento da despesa corrente alinhado à evolução da receita permanente, o que irá resgatar a capacidade de investimento do Estado com recursos próprios, ou seja, sem dependência de operações de crédito.

Contudo, um resultado positivo decorrente do esforço do Espírito Santo em manter suas contas ajustadas depende diretamente do respeito do Governo Federal à manutenção da política de metas inflacionárias e do equilíbrio fiscal, reduzindo a relação da Dívida Líquida do Setor Público com o Produto Interno Bruto.

Tabela 2 – Parâmetros Macroeconômicos do Brasil e Cenário Estimado para o Espírito Santo 2016-2019

	2016	2017	2018	2019
Taxa de Inflação (%)	5,64	5,16	5,03	5,03
Taxa de Crescimento Real do PIB Brasil (%)	1,16	2,05	2,38	2,38
Taxa de Crescimento Real do PIB Capixaba (%)	1,16	2,05	2,38	2,38

Fonte: BACEN / Expectativa de Mercado (31/03/2015) e LDO 2016

O panorama traçado para o Espírito Santo no PPA 2016-2019 tem como parâmetro a conjuntura econômica nacional em termos de PIB e Inflação projetada pelo Banco Central do Brasil com base na expectativa do mercado. No horizonte do Plano, o

Produto Interno Bruto do Brasil deverá crescer acompanhado de uma taxa de inflação média de 5,21%. Nesse contexto, espera-se que a taxa de crescimento real do PIB capixaba alcance 2,38% a.a. no final do período referente ao Plano. Os números estão colocados na Tabela 2 e mostram que a taxa de inflação, valor de referência para estabelecer o resultado previsto para o PIB, apesar de convergir para o centro da meta estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), que é de 4,5%, não chega a atingi-la no período do PPA.

O FINANCIAMENTO DO PPA 2016-2019

Os valores projetados da Receita demonstram que a receita total cresce 12,9% na relação 2019/2016. Já a receita corrente evolui 22,2% no mesmo período. Esse comportamento evidencia a redução da participação das receitas de capital, em especial o endividamento (operações de crédito) no financiamento das ações do governo no período do PPA 2016-2019. A tabela a seguir detalha a evolução projetada da receita.

Tabela 3 – Espírito Santo - Receita Projetada - 2016-2019

(Valores correntes, em R\$ 1,00)

RECEITA	2016	2017	2018	2019
TOTAL GERAL DA RECEITA	17.331.469.951	17.819.432.614	18.746.543.725	19.566.403.751
RECEITAS CORRENTES	17.975.393.672	19.583.639.009	20.804.195.651	21.962.829.422
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.493.790.474	12.334.650.900	13.263.414.836	14.262.112.040
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	385.130.936	413.306.268	444.427.048	477.891.134
RECEITA PATRIMONIAL	399.132.874	428.332.557	460.584.774	495.265.490
RECEITA AGROPECUÁRIA	402.388	431.826	464.341	499.305
RECEITA INDUSTRIAL	10.273.568	11.025.160	11.855.323	12.747.995
RECEITA DE SERVIÇOS	104.755.219	112.418.880	120.883.700	129.985.897
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.157.079.193	5.827.564.842	6.012.328.440	6.057.176.915
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	424.829.020	455.908.576	490.237.189	527.150.646
RECEITAS DE CAPITAL	1.910.179.601	976.749.506	889.690.114	772.842.794
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.687.304.171	737.569.000	632.500.000	496.287.000
ALIENAÇÃO DE BENS	2.373.637	2.547.287	2.739.090	2.945.336
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	160.448.691	172.186.764	185.151.935	199.093.346
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	60.053.102	64.446.455	69.299.089	74.517.112
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.217.443.594	2.379.666.890	2.558.849.002	2.751.523.014
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	604.711.111	648.950.446	697.814.559	750.358.000
CONTRIB PREVID PARA AMORT DÉFICIT ATUARIAL	1.589.173.074	1.705.433.480	1.833.847.744	1.971.931.234
OUTRAS RECEITAS	23.559.409	25.282.964	27.186.699	29.233.780
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.771.546.916	-5.120.622.791	-5.506.191.042	-5.920.791.479

Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

O planejamento e monitoramento da despesa são de vital importância para a qualidade e solidez das finanças públicas. Se bem executados, maximizam a alocação de recursos escassos. Tomando como base essa máxima econômica, o

Estado do Espírito Santo, no âmbito do PPA 2016-2019, pretende aprimorar a execução das despesas, de modo que não haja desperdício de recursos.

O cenário base de elaboração do PPA 2016-2019 projeta que a despesa total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social alcancem R\$ 19.566.403.751,00 em 2019, distribuídas por grupo natureza de despesa conforme a tabela a seguir.

Tabela 4 – Despesa Projetada dos Orçamentos Fiscal/Seguridade por Grupo de Natureza – 2016-2019

(Valores correntes, em R\$ 1,00)

	2016	2017	2018	2019	2016-2019
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.575.127.072	10.051.264.009	10.549.550.787	10.967.957.663	41.143.899.531
2 - Juros e Encargos da Dívida	383.599.010	396.684.866	505.394.577	600.108.362	1.885.786.815
3 - Outras Despesas Correntes	3.615.617.284	3.846.252.665	4.025.456.934	4.159.831.167	15.647.158.050
4 - Investimentos	2.002.836.723	1.781.250.241	1.753.297.107	1.790.732.695	7.328.116.766
5 - Inversões Financeiras	524.758.347	551.932.225	579.707.477	608.285.497	2.264.683.546
6 - Amortização da Dívida	312.573.515	367.299.608	448.078.843	489.703.367	1.617.655.333
9 - Reservas (Contingência + RPPS)	916.958.000	824.749.000	885.058.000	949.785.000	3.576.550.000
Total	17.331.469.951	17.819.432.614	18.746.543.725	19.566.403.751	73.463.850.041

Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

Dessas despesas, não estão detalhados no projeto do PPA 2016-2019 as relativas aos programas que contam exclusivamente com operações especiais, por serem matéria exclusiva do processo orçamentário.

Os valores das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, identificando o que está detalhado no PPA e o que é matéria exclusiva da Lei Orçamentária Anual encontram-se projetados da seguinte forma:

Tabela 5 – Despesa Projetada dos Orçamentos Fiscal/Seguridade Detalhadas ou Não no PPA -2016-2019

(Valores correntes, em R\$ 1,00)

	2016	2017	2018	2019	2016-2019
Despesa detalhada nos Programas do PPA	14.642.526.729	15.115.646.077	15.751.311.460	16.345.742.284	61.855.226.550
Despesa dos Programas que só contém Operações Especiais (matéria exclusiva da LOA)	2.688.943.222	2.703.786.537	2.995.232.265	3.220.661.467	11.608.623.491
Total	17.331.469.951	17.819.432.614	18.746.543.725	19.566.403.751	73.463.850.041

Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

Com relação aos investimentos, projeta-se a mudança no perfil de seu financiamento. Nos anos iniciais, eles serão garantidos precipuamente por recursos oriundos de operações de crédito. Nos anos finais a participação de recursos próprios no financiamento dessa despesa tende a ser ampliada pela retomada da capacidade de investimento com recursos próprios.

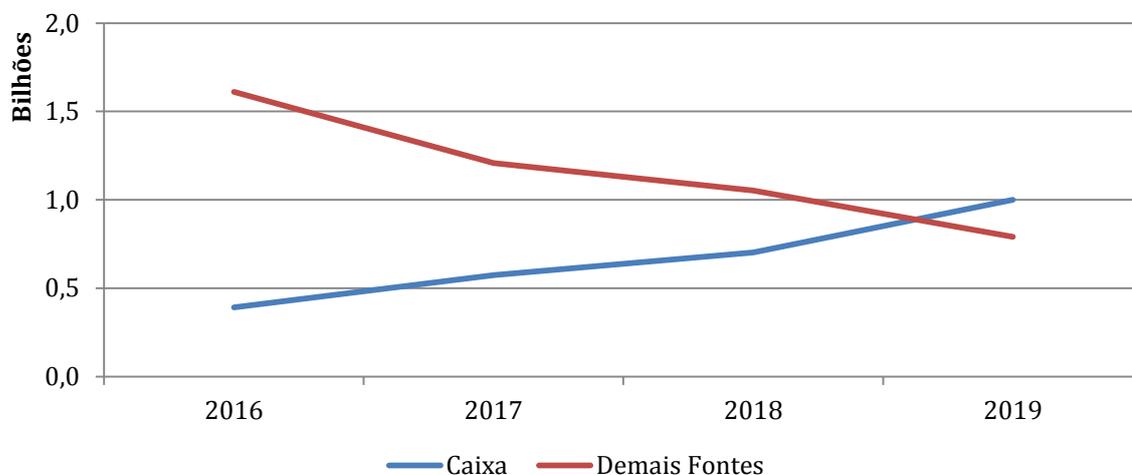
Tabela 6 – Investimentos dos Orçamentos Fiscal/Seguridade Segundo a Fonte de Financiamento - 2016-2019

(Valores correntes, em R\$ 1,00)

	2016		2017		2018		2019	
Investimentos	2.002.836.723	100%	1.781.250.241	100%	1.753.297.107	100%	1.790.732.695	100%
Caixa	391.468.504	20%	573.998.584	32%	701.455.212	40%	1.000.537.726	56%
Demais Fontes	1.611.368.219	80%	1.207.251.657	68%	1.051.841.895	60%	790.194.969	44%

Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

Gráfico 8 – Participação das Fontes de Financiamento nas Despesas de Investimentos dos Orçamentos Fiscal/Seguridade - 2016-2019



Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

BASES PARA ELABORAÇÃO DO PPA

A elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 atende aos preceitos do artigo 165 da Constituição Federal de 1988 – CFB-1988 que expressa que o Plano Plurianual “... estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. Também atende à Constituição Estadual em seu artigo 150 § Iº que apresenta que “a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, direta e indireta, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

Respaldada pelas Constituição Federal e Estadual a elaboração do PPA 2016-2019 fundamentou-se nas Orientações Estratégicas de Governo 2015-2018 e nas contribuições da Sociedade por meio da participação nas Audiências Públicas e do site PPA.EM.REDE.

O PPA 2016-2019 é, neste sentido, instrumento fundamental para integração entre o planejamento e o orçamento, bem como importante instrumento de gestão e controle social.

A seguir apresentamos uma síntese das Orientações Estratégicas de Governo 2015-2018 e da dinâmica da participação da sociedade que fundamentaram a elaboração do PPA 2016-2019.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO GOVERNO 2015-2018

Com uma governança responsável e colaborativa,

O Espírito Santo reconquistará o equilíbrio das contas públicas, promovendo o desenvolvimento inclusivo e garantindo avanços sociais importantes na educação, saúde e segurança.

Esta é a visão do Governo do Estado, construída a partir da Visão de Futuro 2030 “Ser um Estado dinâmico, inovador e sustentável” e assentada nos desafios que se apresentam nos contextos econômico, social e político atual.

Para alcançar esta visão, o governo definiu seis pilares estratégicos que nortearão sua atuação no quadriênio 2015-2018 e, conseqüentemente, orientaram a elaboração da programação do PPA 2016-2019. São eles: ajustar as contas públicas; combater a corrupção; instituir um Governo em rede com a sociedade (transparência, participação e diálogo); promover a mudança na relação com os recursos naturais e o meio ambiente; construir avanços sociais (educação, saúde e segurança); e promover o desenvolvimento econômico diversificado, sustentável e inclusivo.

O caminho a ser percorrido, indicando o que deve ser realizado e como, foi organizado visando às transformações relevantes a serem obtidas para a sociedade capixaba, articuladas em dez áreas de resultado: Educação; Saúde; Segurança, Justiça e Defesa Social; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Econômico; Infraestrutura Logística; Desenvolvimento Urbano e Regional; Meio Ambiente e Agricultura; Cultura, Turismo e Esporte; e Gestão Pública.

As áreas de resultado representam os grandes temas de concentração dos melhores esforços e recursos do Governo para o alcance de transformações e melhorias desejadas na realidade do Espírito Santo no período 2015-2018. As áreas de resultado, numa perspectiva integrada, agregam diferentes funções e secretarias dentro do Governo, organizações da sociedade civil e cidadãos, com o objetivo de otimizar esforços para fins comuns.

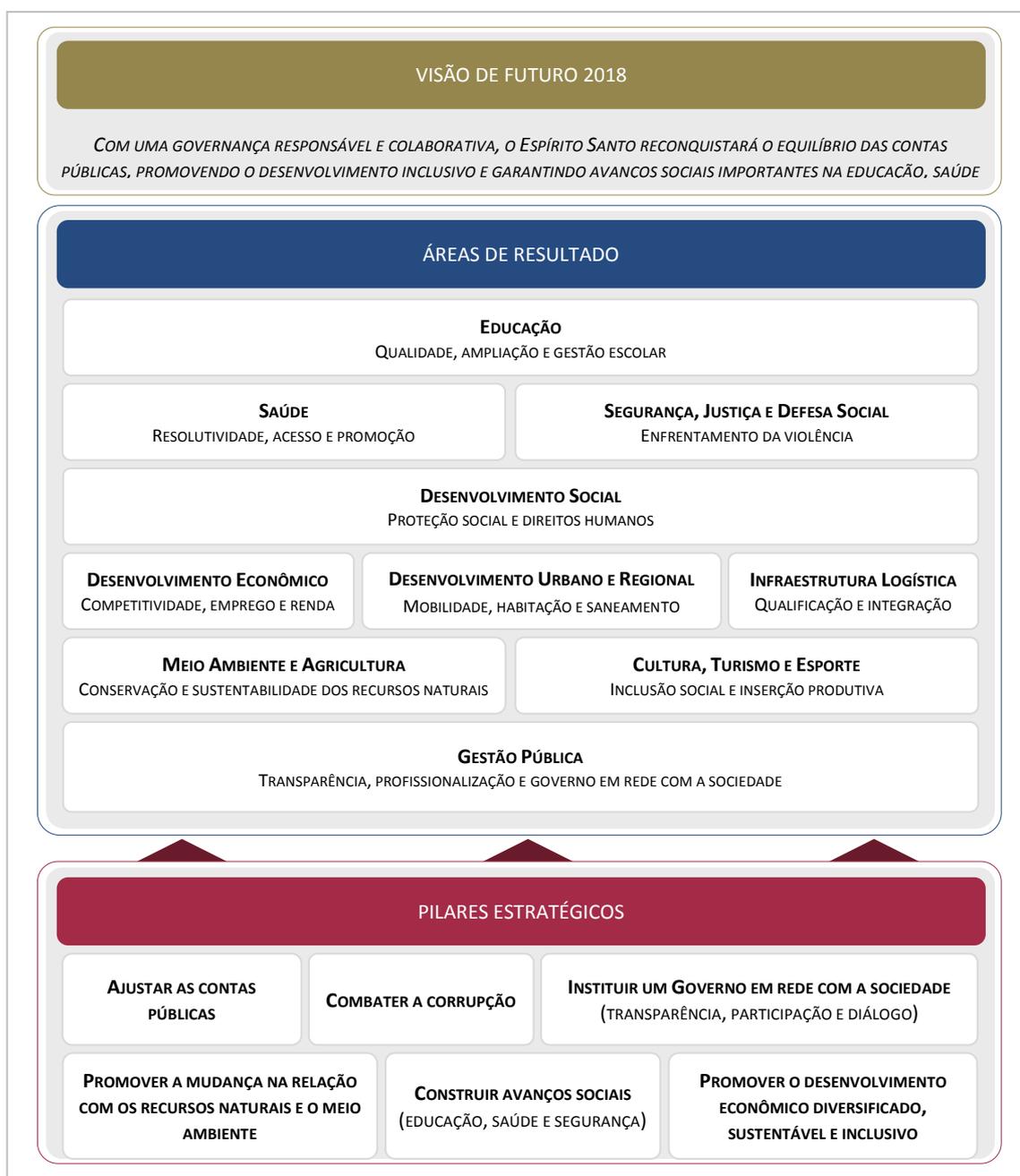
Cada área de resultado desdobra-se em: **desafios** que devem ser enfrentados e representam os objetivos de transformação pretendidos em cada área; e em **resultados finalísticos**, que representam a mensuração desses desafios no médio prazo. Estes permitem projetar cada área de resultado de sua situação atual para o futuro desejado. Os resultados finalísticos irão garantir o contínuo monitoramento e correção dos rumos das ações e também irão orientar com maior precisão o

dimensionamento de recursos a serem empregados em cada área específica. Nesse contexto, a avaliação de resultados dos programas do PPA 2016-2019 será conduzida segundo a observação da evolução dos indicadores associados aos desafios de cada uma das áreas de resultado.

Este conjunto de elementos esclarece 'o que' deve ser feito; o 'como' é respondido pelas **diretrizes e entregas à sociedade**, que constituem o caminho e as medidas necessárias (o que não pode deixar de ser feito) para o alcance das transformações desejadas para o Espírito Santo.

Tendo em vista as áreas de resultado, desafios, resultados finalísticos e diretrizes e entregas à sociedade, o Mapa da Estratégia se apresenta da seguinte forma:

Figura 01 – Mapa Estratégico



Fonte: Orientações Estratégicas 2015-2018

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE: PPA.EM.REDE

No processo de elaboração do PPA 2016-2019 a sociedade participou de duas formas: nas audiências públicas e no PPA.EM.REDE. Em ambos o referencial utilizado foi as Orientações Estratégicas 2015-2018 do Governo do Estado do ES.

As audiências públicas são uma forma de participação e controle popular da administração pública, com a finalidade de informar, discutir, tirar dúvidas, ouvir opiniões e captar soluções para os problemas enfrentados pela população.

Foram realizadas sete audiências públicas nas dez microrregiões do Estado. A metodologia utilizada nas Audiências Públicas buscou imprimir uma dinâmica que privilegiasse ouvir mais a sociedade. Desta maneira, as dez áreas de resultado das Orientações Estratégicas 2015-2018 foram organizadas em cinco temas para os trabalhos em grupo, assim dispostos:

1. Educação, Cultura, Turismo e Esporte
2. Saúde e Assistência Social
3. Segurança Pública, Justiça e Defesa Social
4. Desenvolvimento Econômico, Mobilidade e Infraestrutura Urbana
5. Agricultura e Meio Ambiente

Duas atividades nortearam os trabalhos em grupo. Ambas usando como base os desafios mapeados nas Orientações Estratégicas 2015-2018. Na primeira, a sociedade destacava dois desafios que deveriam ter maior atenção do Governo em sua Microrregião. Em seguida, apresentava uma sugestão para superar cada um destes desafios.

Concomitante às audiências públicas, a sociedade pode participar enviando suas contribuições pelo *site* PPA.EM.REDE. O *site* teve como requisitos básicos a facilidade de manuseio, estar disponível em todos os tipos de plataformas (*tablets*, celulares, computadores, *smartphones*, etc) e ser atrativo à sociedade. Com a colaboração do PRODEST em 06 de maio de 2015 o *site* ppa.es.gov.br tornou-se acessível na rede mundial de computadores.

Da mesma forma que nas Audiências Públicas, a sociedade podia escolher a área de resultado (tema) que gostaria de participar. Em seguida, destacava o desafio que deveria ter maior atenção do Estado. Em seguida, podia propor soluções para enfrentar os desafios destacados.

As audiências foram organizadas segundo a seguinte distribuição regional:

Quadro 01 – Distribuição Regional

MICRORREGIÕES	DATA	LOCAL
Noroeste Nordeste	08/05/15 (Sexta Feira)	São Mateus CEUNES- UFES - Centro Universitário Norte ES
Centro Oeste	14/05/15 (Quinta Feira)	Colatina IFES – Colatina
Rio Doce	15/05/15 (Sexta Feira)	Linhares FACELI -Faculdade de Ensino Superior de Linhares
Caparaó	21/05/15 (Quinta Feira)	Guaçuí Teatro Municipal Fernando Torres
Central Sul Litoral Sul	22/05/15 (Sexta Feira)	Cachoeiro de Itapemirim FDCI
Sudoeste Serrana Central Serrana	29/05/15 (Sexta Feira)	Venda Nova do Imigrante Centro Cultural e Turístico
Metropolitana	03/06/15 (quarta Feira)	Vila Velha - UVV

Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

Participaram das Audiências Públicas nas microrregiões 2.800 pessoas, somando um total de 1.668 propostas. No PPA.EM.REDE participaram 650 pessoas, totalizando 1.422 destaques aos desafios e 1.100 propostas de solução para estes desafios. No total foram 3.450 pessoas contribuindo com 2.768 propostas para o PPA 2016-2019. Estas propostas passaram por uma consolidação, resultando num relatório que além de divulgado na internet para acesso de toda população capixaba, foi encaminhado aos órgãos do Governo para que o considerassem no momento da elaboração de suas programações do PPA 2016-2019, levando em conta, para cada uma das propostas apresentadas, sua viabilidade técnica e econômica, seu potencial de benefício ao conjunto da população, sua pertinência dentre as competências do Governo do Estado, bem como, seu caráter regional.

O Planejamento Estratégico de Governo 2015-2018 somado às contribuições recebidas da Sociedade no PPA.EM.REDE, limitados pelo realismo do cenário fiscal, orientou a elaboração da Programação do PPA 2016-2019 que se apresenta anexa ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019.

Atenciosamente,

REGIS MATTOS TEIXEIRA

Secretário de Estado de Economia e Planejamento